CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
Eventos Desportivos Internacionais
Campeonato da Europa de Goalball – Grupo B

Entre:

1º OUTORGANTE: FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (FPDD), pessoa coletiva de direito privado e de utilidade desportiva, com sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 – r/c, Loja Direita, 2620 – 061 Olival Basto, NIPC 502 513 934, neste ato representada pelo Presidente da sua Direção, Mário Jorge Ribeiro Lopes, adiante designada por FPDD ou 1º OUTORGANTE;

E

2º OUTORGANTE: Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais (ANDDVIS), pessoa coletiva de direito público, com sede na Estação do Jardim Zoológico do Metropolitano de Lisboa, Átrio Norte, Loja nº 9, 1500-423 Lisboa, NIPC 508 702 020, neste ato representada pelo seu Presidente, Ruben Portinha, adiante designado por ANDD ou 2º OUTORGANTE;

Tendo presente que:

- A FPDD tem por missão apoiar a prática generalizada do desporto para pessoas com deficiência, incentivando os cidadãos a adoptar estilos de vida saudáveis nos quais a prática desportiva desempenha um papel central, contribuindo para a integração efectiva das pessoas com deficiência, proporcionando os diferentes meios para que essa integração seja uma realidade aos diferentes níveis de realização pessoal.

- O apoio proporcionado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ.I.P.) é realizado designadamente através da atribuição de apoios financeiros aos diferentes agentes desportivos, através das suas estruturas federativas e associativas, recursos esses que devem ser criteriosamente aplicados na execução de programas de desenvolvimento desportivo.
• A intensa e regular actividade desenvolvida pela FPDD, ao longo dos anos, quer no apoio directo à prática do desporto por pessoas com deficiência, quer indirectamente através das respectivas Associações Desportivas, implica a forte mobilização de recursos que permita a execução continuada de um ambicioso Plano de Actividades desportivas.

• O êxito das acções e a notoriedade dos diferentes eventos desportivos promovidos pela FPDD são prova indiscutível da sua capacidade de realização, do crescente reconhecimento público da sua actividade e da sua capacidade de mobilização para a prática desportiva das pessoas portadoras de deficiência.

• Estão claramente reunidas, nas entidades signatárias, as diferentes valências indispensáveis a garantir um esforço concertado e orientado para a prática do desporto por pessoas com deficiência, impondo-se agora definir a forma de operacionalizar esse esforço conjunto.

Considerando o enquadramento jurídico proporcionado pela Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, e o disposto nos artigos 3º, 5º, 11º e 13º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo), designadamente no que se refere aos procedimentos a adoptar na prestação de apoio financeiro às diferentes formas de associativismo desportivo, e o Contrato Programa Nº. CP/344/DDF/2016 celebrado entre o IPDJ, I.P. e a FPDD, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª**

**(Objecto)**

1. O presente contrato estabelece o conjunto de direitos e obrigações da FPDD e da ANDDVIS referentes ao projeto de gestão partilhada da prova desportiva designada por Campeonato da Europa de Goalball – Grupo B, cuja realização venha a decorrer na cidade da Maia, no período compreendido entre o dia 2 de outubro e 9 de outubro de 2016.

2. A organização, execução e fiscalização direta deste evento desportivo é da responsabilidade das partes deste contrato.
Cláusula 2ª
(Programa)

1. A prova desportiva referenciada na cláusula anterior envolverá a seguinte modalidade desportiva: Goalball.

2. Poderão inscrever-se na iniciativa atrás identificada todos os atletas portadores de deficiência federados nessa modalidade, de acordo com o Regulamento da Prova, que deverá constar como Anexo 1 ao presente Contrato.

3. O programa da prova desportiva está sujeito a aprovação por ambas as partes deste contrato.

Cláusula 3ª
(Recursos Financeiros)

1. A comparticipação financeira do evento desportivo referido na cláusula 1ª está sujeita a aprovação por ambas as partes deste contrato.

2. A ANDDVIS é a entidade beneficiária pelo resultado obtido bem como a única entidade que responde por um eventual resultado negativo do evento.

Cláusula 4ª
(Transferência de Recursos)

A disponibilização dos recursos financeiros destinados a custear o evento desportivo referido na cláusula 1ª está sujeita a aprovação por ambas as partes deste contrato.

Cláusula 5ª
(Justificação de Despesas)

1. O 2º Outorgante compromete-se a entregar à FPDD, até ao 15º dia posterior à data da conclusão do evento desportivo referido na cláusula 1ª, o relatório final em formulário próprio de modelo definido pelo IPDJ, com exceção do anexo B, sobre a execução técnica do mesmo.
2. O 2º Outorgante obriga-se a entregar à FPDD o relatório final do evento, em formulário próprio de modelo definido pelo IPDJ juntamente com o balanço analítico do centro de custos próprio e o mapa de execução orçamental do evento, até 30 dias após a conclusão do Evento Desportivo.

3. Igualmente, o 2º outorgante obriga-se a organizar e manter em arquivo por período não inferior a 10 (dez) anos, um dossier de despesa relativo aos encargos em que incorra com a realização da prova desportiva prevista neste Contrato, do qual constem designadamente:

a) Todos os originais dos documentos comprovativos de despesa realizada, devidamente classificados de acordo com as regras do SNC-ESNL;

b) Todos os originais dos documentos comprovativos do pagamento de eventuais impostos, taxas ou do cumprimento de quaisquer outras obrigações legais;

c) Os originais de eventuais processos de consulta pública e de decisões de adjudicação, sempre que aplicáveis;

d) Todos os demais comprovativos de realização de despesa ou de angariação de receita que venham a ser referenciados pela FPDD.

4. Só são consideradas elegíveis as despesas realizadas diretamente com a organização do evento.

5. Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais.

O dossier de despesa deverá estar disponível e passível de consulta a todo o momento quer por parte da FPDD quer por parte das entidades públicas financeiras.

Cláusula 6ª

(Responsabilidade)

1. O incumprimento, total ou parcial, de qualquer uma das obrigações previstas neste Contrato por parte da 2ª Outorgante torna-a directamente responsável pela devolução à FPDD de todos os montantes pecuniários recebidos ao abrigo do presente Contrato, bastando para tal a mera interpelação por carta que lhe seja dirigida.
2. Os membros dos órgãos directivos da 2ª Outorgante serão pessoal e solidariamente responsáveis perante a FPDD pelo cumprimento do disposto no número anterior.

Cláusula 7ª

(Integração de Lacunas)

Em caso de omissão, aplicar-se-ão as disposições do Código Civil que disciplinam os negócios jurídicos.

Cláusula 8ª

(Disposições Finais)

1. Os eventuais diferendos e litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa serão submetidos a arbitragem, nos termos previstos no artigo 31º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro.

2. Os casos omissos no presente contrato serão esclarecidos entre as partes, não podendo em caso algum contrariar a legislação desportiva vigente nem as disposições do Contrato-Programa de Desenvolvimento desportivo n.º 344/DDF/2016 celebrado entre o IPDJ e a FPDD.

Lido e compreendido pelos outorgantes o teor do presente contrato, vai por eles assinado, em dois exemplares, ficando um para o primeiro outorgante e outro para o segundo outorgante.

Olival Basto, 16 de Dezembro de 2016

A 1ª OUTORGANTE:

[Assinatura]

A 2ª OUTORGANTE:

[Assinatura]